



CT-Energia



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO
SETORIAL DE ENERGIA – CT- ENERG

Data: 14/12/2011

Horário: das 14h30m às 17h30m

Local: Sala Álvaro Alberto - Sede do CNPq – BRASÍLIA/DF

1. Apresentação

Este documento reúne as decisões tomadas pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia - CT-ENERG, em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2011, que tratou da seguinte pauta: 1) Balanço da Implementação das ações de 2011; 2) Orçamento de 2012 - Cenário CNPq e FINEP; 3) Início do Processo de Planejamento das ações de 2012; 4) Documentos Básicos do Fundo Setorial: Diretrizes do Fundo Setorial, Regimento Interno e Manual Operativo; 5) Avaliação do Fundo Setorial: 5.1) Levantamento de Resultados de Projetos – ASCOF e 5.2) Avaliação do Fundo Setorial– IPEA/CEDEPLAR; 6) Sistema SIGCTI – Escritórios Virtuais; e 7) Outros assuntos: 7.1) Ata da Última Reunião e 7.2) Calendário de Reunião 2012.

2. Participantes

Membros do Comitê Gestor presentes:

Adalberto Fazzio– MCTI – Presidente da Reunião do CT-ENERG

Fernando de Nielander Ribeiro – FINEP

Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo– CNPq

Máximo Luiz Pompermayer - ANEEL

José Viriato Coelho Vargas – Comunidade Científica / UFPR

Luiz Pinguelli Rosa – Comunidade Científica/COPPE-UFRJ

José Simões Neto – Setor Produtivo/ABCE

Fábio Luis Heineck – Setor Produtivo/Gerdau

Membros Titulares do Comitê Gestor ausentes (ausência justificada):

Ronaldo Mota - MCTI

Altino Ventura Filho – MME

Convidados e secretarias técnicas

Adriano Duarte Filho - MCTI/SETEC

Eduardo Soriano – MCTI/SETEC

Elianne Prescott - MCTI/ASCOF

Carlos Alberto de Alencar Mota - CNPq

Elisabeth Saavedra Rivano – MCTI
 Laercio de Sequeira – FINEP
 Hamilton Moss – MME
 Roberto Meira Junior- MME
 Fernanda de Negri – MCTI
 Enio Nascimento Carvalho- CNPq
 Ceres Cavalcante – CGEE
 Gustavo de Lima Ramos – MCTI/SETEC
 Isa Berard- MCTI
 Jaquelma Madeiro – MCTI

3. Andamento da Reunião

3.1 Abertura

A reunião foi presidida pelo representante do MCTI, Sr. Adalberto Fazzio. Após agradecer a presença de todos os participantes, submeteu a proposta de pauta que, com base na concordância de todos, sofreu as seguintes alterações: o item 7.1 passou para o primeiro ponto; o item 5.1 e 5.2 passaram para o item 3 e incluiu a apresentação do relatório elaborado pela FINEP relativo à execução do CT-Energ no exercício de 2010 para conhecimento e registro em Ata. Solicitou, em seguida, manifestação sobre a Ata da 28ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, realizada em 22/09/2011, a qual foi aprovada com o ajuste solicitado pelo Sr. José Simões.

3.2 Balanço da Implementação das Ações de 2011

O Sr. Carlos Alberto Mota, representante do CNPQ, apresentou o balanço das ações do CT-Energ no período 2009 a 2011, com ênfase nas deliberações do Comitê na última reunião de 22 de setembro de 2011, sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - 3.2 - Balanço da Implementação das Ações de 2009-2011 – CT-ENERG

Qtd	Ação	Aprovado (milhões R\$)	Empenhado (milhões R\$)	A Empenhar 2009 – 2011 (milhões R\$)
02	Encomendas	2,09	1,42	0,67
03	Editais Verticais	41,47	27,3	18,17
01	Edital Transversal	4,00	3,12	0,88

✓ Encomendas:
2009

- 1) Formação de recursos humanos e pesquisa aplicada em combustíveis nucleares avançados
 - Coordenador: Luciano Pagano Júnior - CTMSP
 - Valor Aprovado: R\$ 1,20 milhões
 - Valor Empenhado: R\$ 0,57 milhões
 - Valor a empenhar: R\$ 0,62 milhões
 - Itens apoiados: Bolsas de Fomento Tecnológico
 - Situação atual: projeto em andamento - término em outubro/2013

- 2) Título da ação: Fortalecimento da Rede Nacional de Combustão e Capacitação de Recursos Humanos em Combustão e Gaseificação
- Coordenador: Luis Fernando Figueira da Silva – PUC/RJ
 - Valor Aprovado: R\$ 893 mil
 - Valor Empenhado: R\$ 849 mil
 - Valor a empenhar: R\$ 44 mil
 - Itens apoiados: Custeio, Capital e Bolsas de Fomento Tecnológico
 - Situação atual: projeto em andamento - término em outubro/2013

✓ Editais

- 1) *Edital MCT/CNPq 20/2009* - Ação CT-Energ: R\$ 7 milhões
- Objetivo: Formação de recursos humanos nas áreas de produção e conversão de combustíveis sólidos com foco em biomassa e carvão mineral
 - Linha 1 - P,D&I em tecnologias aplicadas à biomassa (16 projetos implementados)
 - Linha 2 - P,D&I em tecnologias aplicadas ao carvão mineral com foco na geração termelétrica e no uso siderúrgico (21 projetos implementados)
 - Valor Aprovado: R\$ 5,46 milhões
 - Valor Empenhado: R\$ 2,55 milhões
 - Valor a empenhar: R\$ 2,91 milhões
 - Itens apoiados: Custeio (passagens e diárias) e Bolsas (Iniciação Tecnológica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado Júnior e Pós-Doutorado Empresarial, Treinamento no Exterior, Especialista Visitante e Estágio Sênior).
 - Situação atual: projetos em andamento - término em agosto/2012
- 2) *Edital MCT/CNPq 46/2009* - Ação Transversal: CT-Energ R\$ 4 milhões e CT-Petro R\$ 8 milhões
- Objetivo: Formação de recursos humanos na cadeia produtiva do etanol e biodiesel
 - Linha 1 - P,D&I na cadeia produtiva do etanol (50 projetos implementados)
 - Linha 2 - P,D&I na cadeia produtiva do biodiesel (80 projetos implementados)
 - Valor Aprovado: R\$ 11,96 milhões
 - Valor Empenhado: R\$ 3,12 milhões (CT-Energ)
 - Valor a empenhar: R\$ 0,88 milhão (CT-Energ)
 - Itens apoiados: Custeio (passagens e diárias) e Bolsas (Iniciação Tecnológica, Mestrado, Doutorado, Doutorado Sanduíche no Exterior e Pós-Doutorado no Exterior).
 - Situação atual: projetos em andamento - término em agosto/2012
- 3) *Edital MCT/CNPq 04/2010* - Ação CT-Energ: R\$13 milhões
- Objetivo: Capacitação e formação de RH laboratorial para pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de energia elétrica e hidrogênio nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste



- Linha 1 – Energia Elétrica: estudos em sistemas de potência, alta e extra alta tensão, sistemas polifásicos, linhas de transmissão, sistemas interligados distribuídos, subestações, máquinas elétricas – 13 projetos implementados
 - Linha 2 – Hidrogênio: produção e uso de hidrogênio em aplicações energéticas e células a combustível – 19 projetos implementados
 - Valor Aprovado: R\$ 11,67 milhões – 32 projetos implementados
 - Valor Empenhado: R\$ 9,13 milhões
 - Valor a empenhar: R\$ 2,54 milhões
 - Itens apoiados: Custeio, Capital e Bolsas (Iniciação Tecnológica, Mestrado e Doutorado)
 - Situação atual: projetos em andamento - término em outubro/2012
- 4) *Edital MCT/CNPq 05/2010 - Ação CT-Energ: R\$ 16 milhões*
- Objetivo: Capacitação laboratorial e formação de recursos humanos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Energias Renováveis
 - Linha 1 – Energia Eólica – 11 projetos implementados
 - Linha 2 – Micro e Pequenas Centrais Hidroelétricas – 05 projetos implementados
 - Linha 3 – Energias do Mar – 04 projetos implementados
 - Linha 4 – Energia Solar Fotovoltaica – 12 projetos implementados
 - Linha 5 – Mudanças Climáticas, Climatologia e Meteorologia – 12 projetos implementados
 - Valor Aprovado: R\$ 16 milhões – 44 projetos implementados
 - Valor Empenhado: R\$ 7,76 milhões
 - Valor a empenhar: R\$ 8,24 milhões
 - Itens apoiados: Custeio, Capital e Bolsas de Fomento Tecnológico
 - Situação atual: projetos em andamento - término em outubro/2012
 - ✓ Nota: conforme decisão da última reunião do CT-Energ (setembro/2011) foi aprovado um crédito suplementar no valor de R\$ 8,34 milhões ao Edital, que permitiu atender a 27 novos projetos relacionados à Linha 4 - Energia Solar Fotovoltaica. Estes projetos foram aprovados em dezembro/2011 e deverão estar concluídos em dezembro/2013.

No que tange à avaliação de projetos, o representante do CNPq informou que será realizado um Seminário de Avaliação dos projetos dos Editais *CNPq/CT-ENERG 46/2008 - Obtenção de biodiesel via rota etílica* e *CNPq/CT-ENERG 47/2008 - Caracterização e controle da qualidade de biodiesel*. Informou, ainda, que os editais apoiados como Ação Transversal, estão sendo objeto de avaliação juntamente com os Editais *CNPq/CT-ENERG 26/2008 - Aquicultura e uso de microalgas como matéria-prima para a produção de biodiesel*; *CNPq/CT-ENERG 28/2008 - Cultivo de plantas de ciclo curto de desenvolvimento para produção de matéria-prima para obtenção de biodiesel* e *CNPq/CT-ENERG 30/2008 - Utilização de co-produtos da cadeia do biodiesel*.

A coleta de dados é feita por meio de formulários eletrônicos submetidos aos coordenadores que já enviaram os primeiros resultados. Uma proposta preliminar de sistemática de avaliação está sendo construída pelo CGEE e será apresentada ao MCTI e ao CNPq.



4. Apresentação do Orçamento

A Sra. Elianne Prescott, Coordenadora da ASCOF, apresentou o “Cenário do Orçamento de 2012” e a “Proposta de Plano de Investimento do FNDCT”, destacando que o Orçamento ainda deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Informou que o orçamento previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual/PLOA para o FNDCT em 2012 é da ordem de R\$ 3,762 bilhões. Deduzindo-se deste montante R\$ 1,769 bilhão, destinado a aplicações pré-definidas, que incluem as aplicações nos instrumentos do Fundo Verde e Amarelo, no valor de R\$ 302 milhões, as Operações de Crédito FPDTE, de R\$ 933 milhões, a Subvenção Econômica (Lei da Inovação e Lei do Bem), de R\$ 504 milhões e outras ações do FNDCT, de R\$ 30 milhões, ficarão disponíveis para as Ações Específicas dos Fundos Setoriais o montante de R\$ 1,993 bilhão. Deduzindo-se a Taxa de Administração (2%), a Despesa Operacional (3%) e os compromissos anteriores (com base na carteira das agências FINEP e CNPq), que totalizam R\$ 1,321 bilhão, o saldo para novas aplicações em 2012 é de R\$ 576 milhões, sendo R\$ 309 milhões para ações verticais e R\$ 191 milhões para ações transversais, além de R\$ 76 milhões para ações transversais das Organizações Sociais/OS (IMPA, MAMIRAUÁ, ABTLus, CGEE e RNP). No que tange especificamente ao Fundo Setorial de Energia, tomando por base o PLOA de 2012, destacou que o valor previsto é de R\$ 58,55 milhões e considerando os compromissos em carteira nas agências FINEP e CNPq, de R\$ 23,19 milhões mais o valor destinado para taxas de administração de R\$ 2,93 milhões, restará um saldo para novas ações no valor de R\$ 32,43 milhões.

O Sr. José Simões registrou que tomando por base o total arrecadado, em particular com as taxas que a ANELL coordena, os recursos que ficam disponíveis para aplicação final são muito baixos e questionou onde esses valores são aplicados, visto que a previsão de arrecadação para 2011 era superior a R\$ 180 milhões e os valores para aplicação ficaram abaixo do arrecadado. Desta forma, solicitou explicação para diferença dos números.

O Sr. Fernando Ribeiro, representante da FINEP relatou que a dotação prevista na PLOA para o próximo ano do CT-Energ é de R\$ 58,00 milhões. Descontados os compromissos assumidos, sobraria para as novas ações o montante de R\$ 32,00 milhões. Com relação aos R\$ 58,00 milhões, explica que a arrecadação prevista para 2012 deverá ser maior que este valor e relatou que na Lei do FNDCT, existe previsão de desvinculação de receitas. O FNDCT é composto por quinze Fundos Setoriais, sendo o CT-Energ um deles. Do ponto de vista de detalhamento orçamentário, o FNDCT é composto por outras ações orçamentárias além dos Fundos Setoriais, entre elas as Ações Transversais, constituídas com desvinculação de receitas oriundas dos demais Fundos. Essa ação é prevista por também por Lei, como a formação do CT-INFRA, para o qual são destinados 20% da dotação de cada um dos Fundos. Outra ação prevista é a Subvenção Econômica, que é um instrumento constituído também com recursos oriundos da desvinculação da receita de vários Fundos, sendo o CT-Petro o Fundo que mais contribui, através das desvinculações, por possuir maior arrecadação, seguido do Fundo Verde Amarelo e do CT-Energ. Todas as ações citadas têm embasamento legal e compõem as principais desvinculações. Além dessas ações, existe também uma ação orçamentária que permite repassar recursos para que a FINEP empreste recursos para empresas de uma maneira geral, que é constituída em parte por desvinculação. O Sr. Fernando Ribeiro comentou que é importante que os membros tenham informações não só sobre as aplicações



específicas tratadas no Fundo, mas das Ações Transversais e das demais ações que foram viabilizadas com recursos do Fundo.

Respondendo a uma indagação do Sr. Luiz Pinguelli sobre o montante da desvinculação, o Sr. Fernando Ribeiro esclareceu que, tomando por base os dados apresentados pela Sra. Elianne Prescott, sobre os valores da arrecadação de 2011 até outubro, na ordem de R\$ 193,58 milhões, e o valor aprovado na LOA de R\$ 54,91 milhões, a desvinculação seria de $\frac{3}{4}$ do orçamento que foram carreados para outras ações.

O Sr. Luiz Pinguelli perguntou como é decidido à desvinculação dessa parcela da arrecadação para outras ações. O Sr. Fernando Ribeiro esclareceu que a instância máxima que orienta o FNCDT, é o Conselho Diretor, que orienta a proposta orçamentária para o Ministério e a FINEP. Nas desvinculações, o CT-Infra, *a priori*, possui uma designação em Lei; a Subvenção depende de ato formal do Ministro de Ciência Tecnologia e Inovação, do Ministro da Fazenda e do Ministro do Desenvolvimento; já a Ação Transversal, o Ministro do MCTI leva a proposta geral ao Conselho.

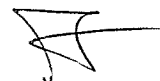
O Sr. Máximo Pompermayer comentou que a discussão em curso é antiga, desde 2001, e destacou que o valor previsto para arrecadação em Lei é de 0,4 % da receita operacional líquida das geradoras e transmissoras e 0,2% das distribuidoras. Isso significou uma arrecadação de R\$ 315,00 milhões, em 2010, mas a aplicação final do Fundo acabou sendo em torno de 10% desse valor, porque a aplicação do restante foi decidida em outras instâncias. Também questionou sobre a base legal das desvinculações das ações do CT Energ., em especial das ações transversais.

O Sr. Fernando Ribeiro esclareceu que não deseja fomentar a discussão, mas esclareceu que em relação à arrecadação, os limites para detalhamento da proposta orçamentária são dados pela SOF/Secretária de Orçamento e Finanças e que a base legal para as desvinculações encontram-se na Lei da Inovação (Lei Nº 10.973, de dezembro de 2007) e a Lei do FNDCT (Lei n.º. 11.540, de 12 de novembro de 2007).

O Sr. Máximo Pompermayer citou artigos da Lei nº 9.991 e o Decreto nº 3.867 que regulamenta a Lei e relatou que cabe ao Comitê Gestor decidir sobre a aplicação dos recursos arrecadados das concessionárias destinados à pesquisa científica. E destacou que não encontrou na Lei Nº 11.540 nada sobre a desvinculação das Ações Transversais.

O Sr. Fernando Ribeiro fez leitura do artigo 14, da Lei do FNDCT Nº 11.540, de novembro de 2007, que dá uma interpretação sobre as Ações Transversais.

O Sr. José Vargas, após a discussão dos presentes, pediu a palavra para acrescentar seu entendimento sobre o atual procedimento de repasse de recursos para o CT-Energ feito pelo Governo, questionando se há amparo legal concreto para que o governo realize repasses integrais de recursos destinados ao CT-Energ para outras ações, na medida em que conforme previsto em lei, somente o Comitê Gestor do CT-Energ poderia deliberar sobre a alocação dos recursos. Em face do exposto, recomendou que se solicitasse um parecer jurídico sobre a matéria. Essa proposta foi acatada pelo Comitê que, por consenso, deverá solicitar um Parecer à Consultoria Jurídica do MCTI sobre a competência do Comitê Gestor com base na Lei nº 9.991 *vis a vis* a Lei nº 11.540, artigo 14.



5. Avaliação dos Fundos.

A Sra. Fernanda de Negri, representante da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do MCTI/ ASCAV, fez uma apresentação intitulada "Avaliação dos Fundos Setoriais (FNDCT)". Esse trabalho representa um processo mais amplo de avaliação, que leva em consideração a avaliação que o próprio Ministério estava desenvolvendo internamente. Foi solicitada pela Secretaria Executiva do MCTI, por meio de convênio MCTI/FINEP/IPEA/FUNDEP/UFMG. Explicou que o trabalho foi dividido em duas partes, uma mais geral abordando o funcionamento dos Fundos Setoriais, os impactos da atuação do FNDCT, resultados alcançados, público-alvo, etc, e a outra parte contemplando relatórios específicos de cada fundo setorial. Em sua apresentação mostrou como foi conduzido o trabalho e algumas conclusões alcançadas.

A Sra. Elianne Prescott, coordenadora da ASCOF, apresentou a Pesquisa Amostral, que foi uma Pesquisa-piloto com vista a subsidiar a avaliação que vem sendo conduzida pelo MCTI, em conjunto com as Agências. A coleta de dados foi feita por meio da aplicação de formulários eletrônicos, estruturados na WEB, submetidos aos coordenadores dos projetos selecionados. Foi desenvolvido e implantado um ambiente para gestão e monitoramento do processo de preenchimento dos formulários, que possibilitou a geração de relatórios dinâmicos dos dados cadastrados de forma on-line e geração de relatório espelho em PDF. Os critérios de seleção do universo foram: projetos em carteira contratados entre janeiro/2003 e dezembro/2008 e que receberam 100% dos recursos, exceto bolsas. Foi constituído um universo de mais de nove mil projetos, a metodologia adotada foi a pesquisa amostral (1688 projetos) cujos critérios para estratificação foram os Fundos Setoriais, distribuição geográfica, classe de valor e obtenção de patentes. Os resultados e mais informações já foram disponibilizados pelo sistema de gerenciamento eletrônico SIGCTI.

A Sra. Elisabeth Saavedra, Secretária Técnica do CT-Energ/ASCOF, apresentou o Sistema de Informações Gerenciais de Ciência, Tecnologia e Inovação – SIGCTI e mostrou como utilizar as ferramentas disponíveis e como encontrar documentos referentes ao CT-Energ, tais como atas de reuniões, acompanhamento das deliberações, compartilhamento de documentos básicos e avaliações, cadastro de demandas, termos de referência e, com relação aos outros Fundos, a consulta ao plano de investimento e à geração de relatórios.

6. Início do Processo de planejamento para as ações de 2012.

O Presidente Sr. Adalberto Fazzio ressaltou que, por recomendação da Secretaria Executiva, a reunião não teria caráter deliberativo, sendo apenas o início do processo de planejamento.

O Sr. Adriano Duarte, Coordenador da SETEC, comentou a consulta feita aos membros do Comitê sobre os temas da Subvenção Econômica e disse que foram recebidos temas complementares aos temas da Subvenção. Destacou que o processo ainda não avançou dentro do Ministério, ficando a discussão para o próximo ano, sendo importante então definir como será o processo de decisão sobre o que deverá ser apoiado. A proposta foi discutir em pequenos seminários onde a posição de grandes temas seriam abordados para se alcançar uma visão de dois a três anos, quais instrumentos e temas que o Comitê considera importantes, como conduzir as propostas de maneira mais organizada.

O Sr. Eduardo Soriano, representante da SETEC, complementou que a ideia é fazer apresentações setoriais, com grandes atores, grandes temas, alinhar com os temas da ANEEL, e que seria o caso de agendar uma reunião de um dia e meio para as discussões. Sugeriu, ainda, que se integrem temas em conjunto e que seria importante que o Comitê se reúna para fazer tal discussão e sejam agendados também temas para o ano que vem.

O Sr. Fábio Heineck concordou em conduzir o processo de forma organizada, mas sugeriu que fosse preparada uma proposta para detalhar o que é importante para o Comitê e alinhar com as Diretrizes do Fundo. Propôs uma ferramenta mais uniforme a tomada de decisões.

O Sr. José Simões enfatizou a priorização do trabalho das Diretrizes do Fundo e sugeriu a ideia de investir de maneira prioritária na conclusão da redação das Diretrizes Básicas do Fundo, antes do processo de tomada de decisão.

A Sra. Ceres, representante do CGEE, contextualizou que o projeto de elaboração do Documento de Diretrizes está na fase inicial de planejamento e a metodologia ainda esta sendo estudada.

O Presidente Sr. Adalberto Fazzio sugeriu que fosse feito um exercício de pensar em projetos estruturantes, com projetos fortes, bem desenhados, com prazos de dois e três anos. Enfatizou que não será decidido agora, mas que os grupos sejam criados para dar início a este processo.

O Sr. Luiz Pinguelli concordou com a idéia, ressaltando que não se deveria excluir a visão de conjunto, de forma a identificar a demanda da comunidade, seja instituto, universidade, universidade-empresa, e que se deveria evitar a duplicidade dos investimentos canalizados para o sistema de ciência e tecnologia. Por outro lado, ressaltou que a parcela de 10% do orçamento disponível para aplicação deveria ser ampliada. Comentou, ainda, que se deveria pensar na reindustrialização do Brasil que comparada à industrialização que há na China e Coréia do Sul, a situação do Brasil é preocupante. Do ponto de vista dos projetos estruturantes, os recursos poderiam ser canalizados para alguns nichos que possam ser recuperados e uma parte para atender à demanda, sem a pulverização dos recursos. Sugeriu procurar a interação com prioridades que se tenha no País, com o envolvimento conjunto de governo, sociedade, indústria, de maneira responsável por se tratar de uma grande responsabilidade.

O Sr. José Vargas concordou com a posição do Sr. Luiz Pinguelli sobre a reindustrialização do Brasil e, na seqüência, destacou a importância de se considerar no planejamento para as ações de 2012, a definição de áreas estratégicas que visem à auto-suficiência científico-tecnológica do País no médio e longo prazo, não só em energia, para o CT-Energ, mas também considerando na análise todos os outros Fundos de desenvolvimento. Nesse processo, o CT-Energ deveria discutir a elaboração de uma diretriz que considerasse a inclusão desse foco.

O Sr. Hamilton Moss, representante do MME, comentou que para pensar nos temas é necessário agendar uma reunião prévia para discussão das ideias, pelo fato do assunto merecer uma atenção maior, sugerindo o agendamento de reuniões em janeiro e em fevereiro.

O Sr. Eduardo Soriano propôs um calendário para as reuniões prévias, agendando os dias 26 e 27 de janeiro e a segunda rodada em 14 e 15 de fevereiro.



O Presidente Sr. Adalberto Fazzio sugeriu não se ater somente ao montante do projeto, mas também na qualidade do projeto. Sugeriu, ainda, que a comunicação e a troca de informações poderiam ser feita inicialmente por meio de correio eletrônico e indicou o Sr. Soriano como o responsável na condução e coordenação do processo de comunicação eletrônica.

O Sr. Máximo Pompermayer lembrou que o ponto de pauta relativo ao Regimento Interno e Manual Operativo não havia se esgotado e afirmou que as minutas recebidas necessitavam de mudanças para se adequarem às especificidades do Fundo, ressaltando ainda que compete ao Comitê Gestor discutir e definir seu Regimento Interno e as formas de operacionalização. O Comitê acordou que todos os membros enviem por escrito as sugestões de modificações para o Manual Operativo e o Regimento Interno. Na próxima reunião o Comitê discutirá o assunto novamente.

Finalizada a pauta, o Presidente Sr. Adalberto Fazzio agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião.

Brasília, 14 de dezembro de 2011.



Adalberto Fazzio
Representante do MCTI

Presidente da Reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia